

Síntese da Conjuntura

Crise, Política e Democracia

Ernane Galvêas
Ex-Ministro da Fazenda

Os dois aspectos mais impressionantes da atual crise política são, pela ordem de importância: 1º) a desarticulação ética de líderes políticos e dirigentes partidários que organizaram e operaram uma rede sistêmica de corrupção; e 2º) a decepção causada por membros do PT e de outros Partidos, o que o Presidente Lula classificou como **traição**.

Os líderes do PT não são marxistas-leninistas, no sentido de pugnam por um capitalismo inteiramente estatal, ou seja, pela estatização dos meios de produção. Mas são ideólogos obcecados pela conquista do poder e assunção do Governo e cooptação da sociedade civil, conforme a Cartilha de Antonio Gramsci. As técnicas de atuação são diferentes. No primeiro caso, trata-se de destruir a burguesia e as lideranças empresariais, como principais atores das atividades econômicas, substituindo-os

pelos “comissários” designados pelo comando do Partido único, os quais iriam dirigir, em todos os setores, os milhões de trabalhadores, como em qualquer outro sistema político-econômico de governo. No segundo caso, o gramscismo é diferente, apenas, na convivência com o capitalismo privado, porém, cercado de regulações fixadas pelo Estado e infiltrado de “comissários”, no mesmo estilo marxista-leninista. Os trabalhadores continuariam assalariados, como sempre, porém mais presentes nas decisões, através das representações sindicais. Os sindicatos e as centrais sindicais, de acordo com a cartilha gramscista seriam, ilusoriamente, os donos da “República Sindicalista”, mas, em verdade, como é fácil perceber, embora com maior presença nas empresas privadas, sempre estariam submetidos às decisões dos “comissários” do Partido.

Havia sinais evidentes de que os líderes políticos, de formação ideológica gramscista, estariam caminhando para implantar uma República Sindicalista, no Brasil. Veja-se, por exemplo, o projeto de reforma sindical, enviado ao Congresso através da PEC nº 369/05 e o anteprojeto de reforma trabalhista, o anteprojeto de reforma da educação universitária, elaborado pelo Ministério da Educação, além da tolerância e apoio às ações radicais do MST, da ação antidesenvolvimentista do Ministério do Meio Ambiente, das tentativas de controle da mídia, representadas pela criação da ANCINAV e do Conselho Federal de Jornalismo, das nomeações para os cargos da direção das empresas estatais e respectivos Fundos de Previdência, do uso intensivo e ditatorial de Medidas Provisórias, da cooptação de parlamentares e partidos políticos etc.

Nesse sentido, se é certo que a crise política representa uma frustração e uma agressão à boa-fé e à tolerância do povo brasileiro, também é certo que estão sendo desarticuladas a rede de influências criada pelos “donos” do poder e a conseqüente malha de corrupções, que hoje vem sendo objeto de três Comissões de Inquérito, no Congresso Nacional. Os

apóstolos de Gramsci deverão ser alijados do Governo, mais cedo do que se esperava. No meio de todos esses escândalos e fraudes financeiras, outra coisa é certa: a democracia não foi atingida e, ao que tudo indica, vai sobreviver fortalecida, livre da ameaça de uma esquerda despreparada para governar, que não se deu conta de que o “socialismo real” foi sepultado em 1989.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Apesar dos escândalos e da corrupção política, a economia nacional vai bem, puxada pela extraordinária performance das exportações. Espera-se um saldo positivo de mais de US\$ 40 bilhões, nas contas externas, o que significa uma enorme contribuição à taxa de crescimento do PIB nacional, que deve ficar, neste ano, entre 2,5% e 3,0%.

Após uma queda de 3,0%, no 1º trimestre, as compras de máquinas e equipamentos, assim como a construção civil, voltaram a crescer, registrando uma expansão de 5% no segundo trimestre. A economia brasileira (PIB) cresceu apenas 0,4% e 0,3%, no último trimestre de 2004 e no primeiro de 2005, mas deverá crescer cerca de 1,4%, no segundo trimestre deste ano. Estima-se, também, um crescimento no consumo e nos investimentos. Segundo o IEDI, há 198 projetos anunciados para conclusão, em 2010, na siderurgia, petróleo, setor químico e celulose, que poderão sofrer atrasos face à crise política. Somente na construção naval, espera-se um investimento de US\$ 2 bilhões, para atender à encomenda de 42 navios da Transpetro e 40 da Venezuela (PDVSA). No BNDES, embora as consultas tenham caído 60% no mês de julho sobre junho, no acumulado dos sete meses houve crescimento de 7,2%, e os desembolsos cresceram 16%. Enquanto crescerem as exportações, cresce a economia nacional.

Um dado impressionante é a expansão do transporte aéreo de passageiros, com aumento de 16% no mercado interno e 11,8% nas linhas internacionais, no período janeiro/julho.

O lançamento de debêntures, até junho, atingiu R\$ 25 bilhões, quatro vezes mais que em 2004, enquanto a colocação de bônus no exterior aumentou 20,6%.

Observe-se, entretanto, segundo a **Fecomércio-SP**, que enquanto a indústria aumenta a produção, com vistas ao final do ano, o comércio está retraindo as encomendas.

Para surpresa geral, o PIB brasileiro cresceu 1,4% no 2º trimestre, em relação ao primeiro, acumulando uma alta, no semestre, de 3,4%. Em termos anuais, essa evolução do PIB embasa uma estimativa de crescimento de 5,7%, em 2005, contra 4,9%, em 2004. Entretanto, tendo em vista alguns sinais de desaquecimento, em julho e agosto, possivelmente a melhor estimativa do PIB para 2005 ainda é de 3,5%. Esse crescimento no primeiro semestre foi comandado pela produção industrial, que registrou uma expansão de 3,0%, comparada com 1,1% do setor agropecuário e 1,2% de comércio e serviços. O destaque na indústria foi a atividade extrativa mineral (petróleo, gás e carvão), que cresceu 17,5%, pela entrada em operação de duas plataformas da Petrobrás; o menor desempenho foi registrado na área das comunicações, com recuo de 1,7%, em relação a 2004.

Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias aumentou 0,9%, o do Governo 1,1%, os investimentos 4,5% e as exportações 2,6%.

Uma notícia alvissareira veio do BNDES, indicando que os desembolsos, até agosto, cresceram 18%, em relação ao mesmo período de 2004.

Essa expansão compensa a redução do número de projetos apresentados ao Banco. O desempenho do setor privado é mais uma indicação da pouca eficácia da política monetária (juros altos) sobre as atividades econômicas, consumo e investimentos.

A ORDEM É GASTAR

É impressionante como o Governo, como um todo, ainda não se deu conta de que o grande problema nacional é o **gigantismo do Estado**, que vem crescendo desordenadamente, há quase meio século. Esse problema atingiu seu clímax na conjuntura atual, em que a carga tributária chegou a cerca de 40% do PIB e, nem assim, consegue cobrir os gastos totais do setor público, exibindo mais 3% do PIB como déficit orçamentário.

De outro lado, o mercado de câmbio anda à matroca, sem rumo e sem comando.

A falta de percepção desse quadro trágico é geral. Ninguém pensa em cortar gastos. Pelo contrário, todos pensam em aumentar as despesas. O Judiciário anuncia que vai abrir mais 400 Varas regionais, o Ministério da Fazenda vai contratar mais 1.400 auditores, como mais 120 DAS (cargos de confiança), para suprir a nova Super-secretaria do Tesouro (RTB), enquanto no Congresso Nacional tramitam projetos que poderiam, se fossem aprovados, representar mais de uma centena de bilhões de reais, nos gastos públicos. Enquanto isso, o Banco Central continua à margem dos acontecimentos, praticando as mais altas taxas de juros do mundo, para controlar uma inflação inócua, totalmente fora do alcance da política monetária, que não está fazendo mal a ninguém. Desafia-se quem possa provar, na prática, que é a atuação do Banco Central que

controla a inflação. A taxa SELIC é formada no mercado e o BC, pelo visto, caminha a reboque dos acontecimentos.

SELIC

Pressionado pela opinião pública, pela reação dos empresários e de vários setores do próprio Governo, o Banco Central baixou a taxa básica de juros em píffios e inócuos 0,25 pontos de percentagem, após doze meses de contínua elevação. Nem mesmo a tendência visível da queda dos preços e a deflação registrada pelo IGP-DI, e pelo IGP-M/FGV, nos quatro últimos meses, foram capazes de abalar a teimosa política monetária do Banco Central, que vem arrasando as contas do setor público.

De janeiro a julho, o montante dos juros pagos sobre a dívida pública alcançou a impressionante cifra de R\$ 92,3 bilhões, contra R\$ 72,2 bilhões no mesmo período do ano passado. Isso obrigou o Ministério da Fazenda a atrasar a liberação das verbas orçamentárias, promovendo um superávit primário de 6,3% do PIB. Nem mesmo esse esforço inaudito das autoridades fazendárias foi capaz de evitar a ocorrência de um déficit nominal de R\$ 23,5 bilhões. A dívida pública continua crescendo, sem cessar, tendo chegado a dívida bruta a 74,2% do PIB e a 48,4% a dívida mobiliária. Números que assustam o mercado, que opera em clima permanente de incertezas e desconfianças. A única explicação visível para as decisões do Banco Central seria alguma dificuldade de rolar a dívida pública a taxas menores do que a SELIC.

Felizmente, a conjuntura internacional tem sido extremamente favorável às nossas exportações que, embora estejam reduzindo o ritmo de crescimento, ainda ostentam uma expansão de 24% sobre o ano passado.

É difícil acreditar que o Banco Central eleva a taxa SELIC para combater a inflação. Primeiro, porque essa taxa não funciona como as clássicas taxas de redescontos, que regulavam a liquidez do sistema, tendo o Banco Central como prestador de última instância. Segundo, porque seu efeito, se houver, só se fez sentir sobre os preços livres, que representam pouco mais de 50% do mercado; os demais são preços administrados, indexados, tarifados pelo Poder Público, ou determinado pelos mercados internacionais, como minérios, produtos siderúrgicos, celulose e papel e outros. Sobre eles o Banco Central não tem a menor ingerência.

Poder-se-ia dizer que, com esses juros, o Banco Central pretende forçar o Governo a reduzir seus gastos. Alguém acredita nisso? Pelo contrário, quanto mais o Banco Central ajuda o Tesouro Nacional a cobrir seus déficits orçamentários e rolar a dívida pública, mais cômoda é a situação do Governo, Executivo e Legislativo, para continuarem inflando seus gastos, irresponsavelmente. No final, tudo vai parar no Orçamento da União e no bolso do contribuinte.

Diz-se que o Banco Central está sendo precavido, preparando-se para enfrentar o quadro de insegurança e incertezas que assinala o futuro próximo. É lógico que isso não tem cabimento e nenhum outro país está adotando essa política suicida. Será que o Brasil é o único que está de passo certo?

Diz-se, também, nas esferas do Banco Central, que a preocupação é com a inflação prevista para um horizonte de doze meses! Isso seria, apenas, mais um absurdo, pelo simples fato de que ninguém, ninguém sabe o que vai ser a inflação em doze meses, mesmo utilizando os melhores indicadores antecedentes.

Mesmo no campo da teoria econômica, o comportamento do Banco Central é discutível. Primeiro, por que se sabe que uma taxa de juros alta

não afeta a inflação, eis que já absorvida pelo mercado. Entretanto, é importante considerar que a cada aumento dos juros cria-se um adicional de custos, repassável aos preços, gerando inflação. Isso significa que a contínua elevação dos juros pelo Banco Central é inflacionária, ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista. Ademais, a elevação dos juros aumenta os rendimentos dos Fundos de Renda Fixa, aumentando a propensão a consumir, pela via do que os economistas chamam de efeito-renda.